



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2012

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO – BTR

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes: Deputados Duarte Bechir, Fred Costa, João Vítor Xavier, Rômulo Viegas e Deputada Luzia Ferreira

BLOCO AVANÇA MINAS – BAM

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputados Duílio de Castro, Hely Tarquínio, Rômulo Veneroso

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT

Líder: Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes: Deputada Maria Tereza Lara e Deputados Paulo Lamac e Ulysses Gomes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes:

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT

Líder: Deputado Sargento Rodrigues
Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Pompílio Canavez

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Bonifácio Mourão
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Leonardo Moreira, Luiz Henrique e Neider Moreira

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Lafayette de Andrada
Deputado Neider Moreira

BAM Presidente
BAM Vice-Presidente
BTR
BTR



Deputado Fred Costa	BTR
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM
Deputado Hely Tarquínio	BAM
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado Bruno Siqueira	PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	PT	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	Vice-Presidente
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	PT
Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado Hélio Gomes	BTR
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BAM	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neider Moreira	BTR
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BAM
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	



Deputado Tenente Lúcio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes PT
Deputado Neilando Pimenta BTR
Deputado Luiz Henrique BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista BTR Presidente
Deputado Marques Abreu BTR Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta PDT
Deputado Delvito Alves BTR
Deputado Elismar Prado PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes BTR
Deputado Fabiano Tolentino BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputada Maria Tereza Lara PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros BAM Presidente
Deputada Liza Prado BAM Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro BAM
Deputado Carlos Henrique PRB
Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anízio BAM
Deputada Rosângela Reis BAM
Deputado Antonio Lerin BAM
Deputado Vanderlei Miranda PMDB
Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo PT Presidente
Deputado Paulo Lamac PT Vice-Presidente
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Duarte Bechir BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Pompílio Canavez PT
Deputado Carlos Pimenta PDT
Deputado Célio Moreira BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	PT	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR	
Deputado Bruno Siqueira	PMDB	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado André Quintão	PT	
Deputado Carlos Pimenta	PDT	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Tiago Ulisses		
Deputado João Vítor Xavier	BTR	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Juninho Araújo	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duílio de Castro	BAM	
---------------------------	-----	--



Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BAM
Deputado Antonio Lerin	BAM
Deputado Rogério Correia	PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	Vice-Presidente
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Antônio Júlio	PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	BAM	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Glaycon Franco	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Almir Paraca	PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR
Deputado Durval Ângelo	PT
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	Vice-Presidente
Deputado Juninho Araujo	BTR	
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	PRB	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	
Deputado Fábio Cherem	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BTR	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado		Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Hely Tarquínio	BAM	



Deputado Romel Anízio BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputado Fabiano Tolentino BTR
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR
Deputado Antônio Júlio PMDB
Deputado Rogério Correia PT
Deputado Antônio Carlos Arantes BAM
Deputado Rômulo Veneroso BAM

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

- 1.1 - Plenário
- 1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/10/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.276, que obriga os bancos de dados, os cadastros de consumidores e os serviços de proteção ao crédito a comunicar ao consumidor a inclusão do seu nome em seus registros. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Glycon Franco opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.279, que altera a Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, e a Lei nº 17.358, de 18 de janeiro de 2008. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.281, que proíbe a cobrança de taxa para expedição e registro de diploma pelas escolas privadas de educação básica e pelas instituições públicas de ensino superior. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.714/2011, do Deputado Doutor Wilson Batista.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.892/2012, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.019/2012, do Deputado Célio Moreira; e 3.308/2012, do Deputado Tadeu Martins Leite.

Requerimentos nºs 3.579/2012, da Deputada Liza Prado, dos Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio e Neider Moreira; 3.581/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.656/2012, do Deputado Duarte Bechir; 3.689 e 3.690/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.582 e 3.699/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.718/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.319 e 3.321/2012, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H45MIN DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 688/2011, do Deputado Arlen Santiago; e 1.875/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.292/2011, do Deputado Paulo Guedes; e 3.125/2012, do Deputado Arlen Santiago.

Requerimentos nºs 3.638/2012, do Deputado Marques Abreu; 3.657/2012, da Deputada Liza Prado; e 3.700/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagens n°s 238 a 241 e 247/2012, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar n° 24/2012, do Tribunal de Contas; Projetos de Lei n°s 2.253/2011, do Deputado Antônio Júlio; 2.811/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista, 3.071/2012, do Deputado Bosco, e 3.226/2012, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n° 3.697/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.299 e 2.270/2011, do Deputado Paulo Guedes; 2.711/2011, do Deputado Célio Moreira; 3.299/2012, do Deputado Bruno Siqueira; 3.322/2012, do Deputado Antonio Lerin; 3.335/2012, do Deputado Célio Moreira; 3.385/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.408 e 3.409/2012, do Deputado João Vítor Xavier; 3.424/2012, do Deputado Antônio Júlio; 3.431/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; e 3.447 e 3.449/2012, do Deputado Antonio Lerin.

Requerimento n° 3.687/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 2.669/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n° 3.686/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Tiago Ulisses, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, Almir Paraca, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Antônio Júlio, Bosco, Bruno Siqueira, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Celinho do Sinttrocel, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Délio Malheiros, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gustavo Corrêa, Hely Tarquínio, João Leite, Marques Abreu, Paulo Lamac, Pompílio Canavez, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Tadeu Martins Leite e Tenente Lúcio, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno –, para a reunião a ser realizada em 17/10/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único do Projeto de Lei nº 3.453/2012, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Minas e Energia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Tiago Ulisses, Carlos Henrique, João Vítor Xavier e Rômulo Veneroso, membros da Comissão de Minas e Energia; os Deputados Zé Maia, Tiago Ulisses, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 17/10/2012, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.417/2012, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****“MENSAGEM Nº 310/2012*”**

Belo Horizonte, 15 de outubro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa egrégia Assembleia, o incluso projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

A medida tem por objetivo o investimento no Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais – PDMG – e decorre de estudos realizados no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, encontrando-se delineada, em seus contornos gerais, na exposição de motivos que me foi encaminhada pela referida Secretaria, cujo texto faço anexar, por cópia, à presente Mensagem.

Ao fim, nos termos do art. 69 da Constituição do Estado e dos arts. 208, “caput”, e 272, inciso I, do Regimento Interno dessa egrégia Assembleia, solicita-se seja adotado o regime de urgência na tramitação deste projeto de lei. Essa iniciativa se justifica pela inserção da mencionada operação de crédito no rol das medidas realizadas em âmbito federal com vistas a estimular investimentos pelos estados e o reaquecimento da economia.

Enunciados, assim, os motivos que embasam a propositura, reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

Exposição de Motivos

Ref.: Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais – PDMG.

Assunto: Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$3.480.171.000,00 (três bilhões quatrocentos e oitenta milhões cento e setenta e um mil reais), a serem aplicados na execução do Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais – PDMG.

O projeto de lei tem por finalidade buscar autorização legislativa para que o Estado de Minas Gerais possa realizar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada a financiar ações estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG nas áreas de modernização da gestão; infraestrutura; infraestrutura rodoviária; mobilidade urbana; saneamento; habitação; cultura; turismo; esportes e juventude; e segurança.

Cumpre-nos ressaltar que a presente operação de crédito atende aos interesses maiores da União, haja vista que a mesma está inserida no rol das medidas anticíclicas apresentadas pela ilustre Presidente Dilma Rousseff, com vistas a estimular os investimentos pelos Estados e assim reaquecer a economia, atualmente em processo de estagnação com o aprofundamento da crise financeira global. Tal medida, estabelecida no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal mantido com a maioria dos Estados brasileiros, ampliou os limites



de endividamento para Minas Gerais, uma vez que o Estado cumpriu com os requisitos e metas pactuados no referido programa, inclusive quanto à capacidade fiscal projetada ao longo do financiamento pretendido.

O Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais, ao qual se destinam os recursos a serem obtidos com esta operação, contempla diversas ações e projetos que permeiam importantes áreas de atuação do Estado, garantindo perfeita consonância com os propósitos externados pela Presidente Dilma, na medida em que fomentarão segmentos econômicos bem diversificados da economia mineira.

A título de contragarantia à União, o projeto prevê a vinculação, pelo Estado, de sua cota da repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos arts. 157 e 159 da Constituição da República, complementada pela possibilidade de vinculação de suas receitas próprias, estabelecidas no art. 155 da Carta Magna. Trata-se, pois, de uma exceção ao princípio orçamentário da não-afetação da receita de impostos, com amparo no art. 47 da Resolução 43 do Senado Federal, que permite a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155, e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, “a” e II, da Constituição Federal, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e suas autarquias e fundações.

Em conclusão, a presente Proposta de Lei assegura os objetivos do Projeto denominado Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais, não encontrando óbice aos mandamentos consignados pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar Federal 101/2000.

Por fim, solicitamos, em consonância aos objetivos temporais estabelecidos pela ilustre Presidente, seja o presente Projeto de Lei apreciado, em regime de urgência, pela Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do art. 69 da Constituição do Estado.

Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão – Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda.

PROJETO DE LEI Nº 3.491/2012

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$3.480.171.000,00 (três bilhões quatrocentos e oitenta milhões cento e setenta e um mil reais), a serem aplicados na execução do Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais – PDMG.

Parágrafo único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado no “caput” serão aplicados nas atividades e projetos do Estado, em especial em ações definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – nas áreas a seguir relacionadas:

- I – modernização da gestão;
- II – infraestrutura;
- III – infraestrutura rodoviária;
- IV – mobilidade urbana;
- V – saneamento;
- VI – habitação;
- VII – cultura;
- VIII – turismo;
- IX – esportes e juventude;
- X – segurança.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer, como contragarantia à garantia da União, as receitas geradas pelos tributos a que se refere o art. 155 e os recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, “a”, e II, da Constituição da República.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta lei serão consignados como receita orçamentária do Estado.

Art. 4º - O Orçamento do Estado consignará, anualmente, recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 208, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.299/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais dos Altinos, com sede no Município de São Francisco.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.299/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais dos Altinos, com sede no Município de São Francisco, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo congregar os moradores da localidade de Caraíbas e adjacências na defesa de seus direitos e interesses.



Com esse propósito, a instituição zela pela proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, por meio de campanhas de prevenção a doenças transmissíveis e infectocontagiosas e de incentivo ao aleitamento materno, entre outras; combate a fome e a pobreza, fomentando a criação de hortas e roças comunitárias e distribuindo alimentos; realiza cursos profissionalizantes para a integração de seus assistidos no mercado de trabalho; cuida da habilitação e da reabilitação de pessoas com deficiência; promove a cultura e o esporte; orienta sobre a proteção do meio ambiente.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais dos Altinos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.299/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.270/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Santa Justa, com sede no Município de São Francisco.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.270/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Santa Justa, com sede no Município de São Francisco, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 1995 com o escopo de prestar assistência aos menos favorecidos.

Com esse propósito, a instituição zela pela proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, por meio de campanhas de prevenção a doenças transmissíveis e infectocontagiosas e de incentivo ao aleitamento materno, entre outras; combate a fome e a pobreza, fomentando a criação de hortas e roças comunitárias e distribuindo alimentos; realiza cursos profissionalizantes para a integração de seus assistidos no mercado de trabalho; cuida da habilitação e da reabilitação de pessoas com deficiência; promove a cultura e o esporte; orienta sobre a proteção do meio ambiente.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Comunitária de Santa Justa, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.270/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.711/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Rui Barbosa, com sede no Município de Caeté.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.711/2011 pretende declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Rui Barbosa, com sede no Município de Caeté, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a prática de atividades filantrópicas, particularmente voltadas para a assistência social a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Na consecução desse propósito, a instituição procura incentivar a paz e a harmonia e busca a consolidação da ética, dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. Ademais, apoia as iniciativas vinculadas ao implemento da educação e da cultura.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela referida instituição para a consolidação da cidadania dos menos favorecidos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.



Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.711/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.299/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Bruno Siqueira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas Públicos e Privados – AAPPP –, com sede no Município de Rio Pomba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.299/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas Públicos e Privados – AAPPP –, com sede no Município de Rio Pomba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prestação de assistência a seus associados, a fim de proporcionar-lhes melhores condições de vida, bem-estar social e o pleno exercício da cidadania.

Com esse propósito, a instituição busca desenvolver a solidariedade entre seus assistidos; mantém órgão informativo para sua orientação; promove programas culturais, esportivos e recreativos; possibilita atendimento médico, odontológico, hospitalar e jurídico aos que necessitam.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela referida Associação em favor dos aposentados e pensionistas de Rio Pomba, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.299/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.322/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antonio Lerin, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Missionária Vida e Luz, com sede no Município de Uberaba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.322/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Missionária Vida e Luz, com sede no Município de Uberaba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a construção da cidadania, a prestação de assistência social e a conscientização da juventude.

Com esse propósito, a instituição fomenta atividades de caráter social e econômico para a integração de seus associados, incentivando vínculos de amizade e fraternidade entre eles; realiza campanhas preventivas de cuidados com a saúde e a segurança; viabiliza cursos profissionalizantes, de língua estrangeira e música; estimula o aprimoramento cultural, cívico e artístico da comunidade em que atua.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Missionária Vida e Luz, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.322/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Juninho Araújo, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.335/2012****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**
Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Centro Comunitário de Educação Infantil Instituto Tia Lúcia, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.335/2012 pretende declarar de utilidade pública o Centro Comunitário de Educação Infantil Instituto Tia Lúcia, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo contribuir para o desenvolvimento da comunidade em que está inserida.

Com esse propósito, a instituição zela pela proteção da saúde, da maternidade, da família, da infância e da adolescência; combate a fome, a miséria e a pobreza; promove a geração de renda por meio da integração de seus assistidos no mercado de trabalho; cuida da habilitação e da reabilitação de pessoas com deficiência; realiza atividades educativas, culturais e desportivas; orienta sobre a proteção e a conservação do meio ambiente; incentiva o cooperativismo e o associativismo; apoia a produção artesanal.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pelo Centro Comunitário de Educação Infantil Instituto Tia Lúcia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.335/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.385/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**
Relatório

De autoria do Deputado Anselmo José Domingos, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Universidade Brasileira de Artes Marciais Interestilos e Terapias Orientais – Ubamito –, com sede no Município de Juatuba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.385/2012 pretende declarar de utilidade pública a Universidade Brasileira de Artes Marciais Interestilos e Terapias Orientais – Ubamito –, com sede no Município de Juatuba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a conscientização contra as drogas e a violência, por meio da prática do esporte marcial.

Com esse propósito, a instituição realiza palestras, intercâmbios, campeonatos e apresentações públicas desse esporte; incentiva crianças, adolescentes e jovens à prática da cidadania plena; desenvolve suas atividades em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social.

Cabe destacar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Ubamito, na defesa de uma juventude saudável, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.385/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.408/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**
Relatório

De autoria do Deputado João Vítor Xavier, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Arca de Noé, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.408/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Arca de Noé, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 2002 com o escopo de atender crianças e adolescentes, proporcionando-lhes meios para seu desenvolvimento integral.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e esporte, com vistas ao desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo e social de seus assistidos; incentiva ações inovadoras e comprometidas com as necessidades do desenvolvimento da criança; luta para garantir o acesso de seus assistidos a bens sociais e culturais; fomenta a produção de pesquisas e publicações para a troca de informações e a construção de conhecimentos sobre a infância.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Arca de Noé, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.408/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.409/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado João Vitor Xavier, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Social Reencontrar, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.409/2012 pretende declarar de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Social Reencontrar, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a busca por melhoramentos para o progresso da comunidade em que atua.

Com esse propósito, a instituição presta serviços e realiza treinamento para o terceiro setor; atua na conservação do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável; apoia ações voltadas para a preservação de valores artísticos regionais e do patrimônio científico, cultural e histórico; fomenta o desenvolvimento turístico; organiza atividades de recreação como meio educativo; incentiva a inclusão social e digital para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiados; promove estudos e pesquisas sobre educação no trânsito; orienta sobre a produção, a distribuição e a comercialização de produtos da área de agricultura e pecuária; luta pela criação de empregos e renda.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Social Reencontrar, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.409/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.424/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Creche Lar de Jesus, com sede no Município de Nova Era.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.424/2012 pretende declarar de utilidade pública a Creche Lar de Jesus, com sede no Município de Nova Era, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o atendimento a crianças de mães trabalhadoras de baixa renda.



Com esse propósito, a instituição acolhe em uma creche crianças de 0 a 3 anos, proporcionando-lhes atendimento nas áreas de saúde, higiene, alimentação, esporte e lazer; desenvolve trabalhos extraescolares com crianças de 4 a 14 anos, oferecendo-lhes assistência social e psicopedagógica e preparando-os para a inserção no mercado de trabalho; e combate a fome e a pobreza.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Creche Lar de Jesus junto à população mais carente do Município de Nova Era, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.424/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.431/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Lar Asilo José Moraes de Oliveira da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de São Roque de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.431/2012 pretende declarar de utilidade pública o Lar Asilo José Moraes de Oliveira da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de São Roque de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o atendimento a idosos, propiciando-lhes melhor qualidade de vida.

Tendo como propósito a prática da caridade no campo da assistência social e a promoção humana, a instituição mantém estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, proporcionando-lhes assistência material, moral, intelectual e social, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pelo Lar Asilo José Moraes de Oliveira da Sociedade de São Vicente de Paulo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.431/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.447/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antonio Lerin, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Amigos de Gaby, com sede no Município de Uberaba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.447/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Amigos de Gaby, com sede no Município de Uberaba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prestação de assistência social e educacional.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades de prevenção e integração à vida comunitária de crianças, adolescentes e adultos, oferecendo capacitação para o trabalho; realiza cursos de artesanato, visando à geração de trabalho e renda; promove a educação ambiental, com ênfase na sustentabilidade e na valorização da água, da fauna e da flora; apoia o resgate histórico e cultural mineiro; incentiva o voluntariado.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Amigos de Gaby em favor da população carente do Município de Uberaba, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.447/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.449/2012****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria do Deputado Antônio Lerin, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Lar de Idosos Dona Inez Maria de Jesus, com sede no Município de Uberaba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.449/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Lar de Idosos Dona Inez Maria de Jesus, com sede no Município de Uberaba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o atendimento a idosos carentes.

Com esse propósito, a instituição acolhe pessoas idosas, proporcionando-lhes assistência material, moral, intelectual e social, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental.

O envelhecimento da população é reflexo do aumento da expectativa de vida proporcionado pelos avanços no campo da saúde e pela redução da taxa de natalidade. Estima-se que, em 2020, o Brasil terá 30 milhões de pessoas, ou 13% de sua população, com mais de 60 anos (www.serasaexperian.com.br). Esse dado mostra a necessidade de implementação de políticas e programas adequados para essas pessoas, que requerem cuidados específicos, direcionados às peculiaridades decorrentes do processo do envelhecimento sem segregá-las da sociedade.

Tendo em vista o trabalho humanitário desenvolvido no Município de Uberaba pela Associação Lar de Idosos Dona Inez Maria de Jesus, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.449/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.981/2012**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 2.981/2012, de autoria do Deputado João Leite, que declara de utilidade pública a Associação Mineira de Academias – Acadmig –, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.981/2012

Declara de utilidade pública a Associação Mineira de Academias – Acadmig –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Mineira de Academias – Acadmig –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Gilberto Abramo, relator – Ana Maria Resende.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.068/2012**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.068/2012, de autoria do Deputado Duílio de Castro, que dá denominação ao Presídio de Sete Lagoas – PRSLG –, com sede no Município de Sete Lagoas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.068/2012

Dá denominação ao Presídio de Sete Lagoas – PRSLG –, localizado no Município de Sete Lagoas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Presídio Promotor José Costa o Presídio de Sete Lagoas – PRSLG –, localizado no Município de Sete Lagoas.



Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.
Lafayette de Andrada, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Ana Maria Resende.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.137/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.137/2012, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação Atlética Montessionense, com sede no Município de Monte Sião, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.137/2012

Declara de utilidade pública a Associação Atlética Montessionense, com sede no Município de Monte Sião.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Atlética Montessionense, com sede no Município de Monte Sião.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Gilberto Abramo, relator – Ana Maria Resende.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.154/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.154/2012, de autoria do Deputado Bosco, que declara de utilidade pública a Liga Araxaense de Desportos – LAD –, com sede no Município de Araxá, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.154/2012

Declara de utilidade pública a Liga Araxaense de Desportos – LAD –, com sede no Município de Araxá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Liga Araxaense de Desportos – LAD –, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Gilberto Abramo, relator – Ana Maria Resende.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.157/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.157/2012, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, que declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Marques Futebol Clube, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.157/2012

Declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Marques Futebol Clube, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Marques Futebol Clube, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Gilberto Abramo, relator – Ana Maria Resende.



PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.206/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.206/2012, de autoria do Deputado Gustavo Valadares, que dá a denominação de Presídio Dr. Nelson Pires ao presídio localizado no Município de Oliveira, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.206/2012

Dá denominação ao presídio localizado no Município de Oliveira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Presídio Dr. Nelson Pires o presídio localizado no Município de Oliveira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Ana Maria Resende.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.262/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.262/2012, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, que declara de utilidade pública a Associação Esporte Clube de Almas, com sede no Município de Brumadinho, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.262/2012

Declara de utilidade pública a Associação Esporte Clube Córrego de Almas, com sede no Município de Brumadinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Esporte Clube Córrego de Almas, com sede no Município de Brumadinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Ana Maria Resende, relatora – Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.286/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.286/2012, de autoria da Deputada Rosângela Reis, que declara de utilidade pública o Esporte Clube Gouveia, com sede no Município de Ipatinga, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.286/2012

Declara de utilidade pública o Esporte Clube Gouveia, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Esporte Clube Gouveia, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Ana Maria Resende, relatora – Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.305/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.305/2012, de autoria do Deputado Gustavo Corrêa, que declara de utilidade pública o Guarani Esporte Clube, com sede no Município de Itapecerica, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.305/2012

Declara de utilidade pública o Guarani Esporte Clube, com sede no Município de Itapecerica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Guarani Esporte Clube, com sede no Município de Itapecerica.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Ana Maria Resende, relatora – Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.339/2012**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.339/2012, de autoria da Deputada Liza Prado, que declara de utilidade pública a Associação dos Ciclistas de Contagem – ACC –, com sede no Município de Contagem, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.339/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Ciclistas de Contagem – ACC –, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Ciclistas de Contagem – ACC –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Ana Maria Resende, relatora – Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.362/2012**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.362/2012, de autoria do Deputado Anselmo José Domingos, que declara de utilidade pública a Associação de Pais Alunos da Escolinha de Futebol da Mocidade Independente de Moeda – Mimo –, com sede no Município de Moeda, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.362/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Pais Alunos da Escolinha de Futebol da Mocidade Independente de Moeda – Mimo –, com sede no Município de Moeda.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais Alunos da Escolinha de Futebol da Mocidade Independente de Moeda – Mimo –, com sede no Município de Moeda.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Ana Maria Resende, relatora – Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.386/2012**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.386/2012, de autoria do Deputado João Vitor Xavier, que declara de utilidade pública a Associação de Beisebol e Softbol de Belo Horizonte – ABSBH –, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.386/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Beisebol e Softbol de Belo Horizonte – ABSBH –, com sede no Município de Belo Horizonte.



A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Beisebol e Softbol de Belo Horizonte – ABSBH –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Ana Maria Resende, relatora – Gilberto Abramo.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 10/10/2012

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa presente, povo de Minas Gerais, boa tarde. Nesta tarde, gostaria de tratar de dois assuntos extremamente importantes para o nosso Estado e, de maneira muito especial, para as regiões do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. O primeiro, Sr. Presidente, diz respeito a este momento que estamos passando na região Norte mineira, enfrentando, talvez, um dos piores períodos de seca de toda a história da região. Já estamos há quase oito meses - em alguns lugares, até 10 meses - praticamente sem nenhuma chuva. A região está passando por situações extremamente difíceis. Há cidades desabastecidas, onde não há água nas casas. O abastecimento está sendo feito por caminhões-pipa. Estamos passando por uma situação em que mais da metade dos nossos rios e córregos já secaram. Alguns rios que até então eram perenes estão secos, não corre água nenhuma. Os pequenos riachos e córregos também estão secos, e a situação está realmente desesperadora.

Obviamente que este discurso que faço hoje já o fiz em várias outras ocasiões, anos passados. Mas este ano, sem dúvida alguma, é o pior período, a pior seca de toda a história do Norte de Minas.

Nas minhas rápidas palavras, gostaria de chamar a atenção das autoridades e, mais uma vez, do governo federal, para que, neste momento, apresente algum plano de emergência liberando caminhões-pipa ou algum recurso para superar essa difícil fase; porque, na verdade, os recursos do governo federal sempre chegam em períodos posteriores à seca. Depois que toda a dificuldade passa é que muitas vezes os recursos começam a chegar, e, aliás, são insuficientes para acudir os milhares de mineiros que estão passando por esse problema. Para se ter uma ideia, foi liberado o programa de abastecimento de água por meio de caminhões-pipa, mas não há caminhões na região e os que existem já estão alugados pela Defesa Civil do Estado. Além disso, os recursos que o governo federal oferece são insuficientes para alugar caminhões de outras regiões.

Na Codevasp e no Dnocs, algumas barragens foram idealizadas, seguramente, há mais de 30 anos. Todas as vezes, nesses períodos, lembramos da construção dessas barragens e fazemos um apelo ao governo. Algumas ações chegam ao governo federal, mas todo ano vemos sempre a mesma coisa, ou seja, protelam a construção dessas barragens e a liberação dos recursos. Para piorar, a iniciativa privada deve aplicar, somente nos anos de 2013 e 2014, em torno de US\$40.000.000.000,00 na região norte-mineira, para explorar o minério de ferro, entre Grão-Mogol, Rio Pardo de Minas e Salinas. Essa área será motivo de uma transformação muito grande, e já se fala na construção de um mineroduto. Ora, como poderemos aceitar passivamente o anúncio da construção de um mineroduto no Norte de Minas, para poder movimentar toda a região, gerando milhares e milhares de empregos, se lá não há água suficiente para abastecer a nossa população? Para se ter uma ideia, no mineroduto que leva o minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero, próximo a Belo Horizonte, ao porto do Rio de Janeiro, 25% da água consumida pelos cariocas, pelas pessoas que moram na cidade do Rio, são provenientes desse mineroduto que leva o minério dessa região ao Rio de Janeiro. E falam da construção de um mineroduto no Norte de Minas. Aqui há água suficiente, mas não se fala e já não se discute isso.

Quero anunciar que tomaremos todas as medidas cabíveis e necessárias, doam a quem doer, para que possamos trazer uma ampla discussão a respeito da construção desse mineroduto na região norte-mineira. Por que não um ferroduto? Por que não uma ferrovia que leve o minério de ferro do Norte de Minas ao porto da Bahia, na região de Ilhéus? Alegam que a construção de um ferroduto é economicamente inviável e que se gastará mais de 10 vezes o que se gastaria com um mineroduto, mas não se discute essa questão da água disponível no Norte de Minas. Traremos uma ampla discussão a esta Casa. Convocaremos todas as autoridades, Prefeitos eleitos e lideranças daquela região, principalmente as do Alto Rio Pardo, para discutirmos uma alternativa. Não podemos aceitar simplesmente que venham anunciar a construção desse mineroduto à custa de uma região que não tem água sequer para beber. Estamos falando de uma seca que já dura nove meses.

Ainda neste ano traremos essa discussão a esta Casa.

Não vamos permitir, não vamos admitir, não vamos aceitar nenhuma iniciativa que venha pelo menos tentar viabilizar a construção deste mineroduto sem uma ampla discussão nesta Casa. Vamos promover essa audiência pública, colocando à frente das discussões o Ministério Público e o governo do Estado. Não é possível que, sob o pretexto de criar milhares de empregos naquela região – é claro que queremos os empregos e o desenvolvimento –, seja causado maior sofrimento ao povo norte-mineiro com a falta de água, principalmente nessas regiões, um problema sem solução ao longo da história do Norte de Minas. Portanto, estamos acionando o nosso gabinete e estaremos de prontidão com os advogados para abortar qualquer iniciativa de iniciar ou pensar na construção desse mineroduto. Não vamos aceitar, sob o pretexto do desenvolvimento, sob o pretexto da geração de emprego e renda, sob o pretexto do desenvolvimento regional, que as nossas águas, as quais já não temos, sejam desviadas para a região de Ilhéus. Isso trará mais sofrimento ao nosso povo.



Outro assunto também polêmico, que já perdura por muitas décadas, iniciado à época de Juscelino Kubitschek, é a construção da BR-367. Ela é, sem dúvida alguma, a rodovia mais importante que corta todo o Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. A BR-367 foi idealizada por Juscelino Kubitschek e se inicia próximo a Belo Horizonte e Diamantina, indo até a divisa de Minas com a Bahia. Parte dela foi feita, mas parte dela ainda precisa ser construída, e o que já existe de asfalto está em situação deplorável. Quem anda pela BR-367 sente que está andando em uma estradinha mal-conservada, com um fluxo muito grande de veículos, provocando inúmeros acidentes e matando muita gente. Parte dela não é asfaltada. Da cidade de Minas Nova até a cidade de Virgem da Lapa, são 40km desafiadores, que espantam as pessoas que por ali passam. Quando alguém se aventura a atravessar esses 40km logo se arrepende, porque a estrada é ruim, mal-conservada, sem pontes, enfim, uma estrada sem condições de tráfego. Nos trechos de Almenara a Jacinto e de Jacinto a Salto da Divisa, que também não têm asfalto, se registram os maiores números de acidentes.

Infelizmente, essa estrada está desafiando as autoridades. Ela estava sob a concessão de uma empresa que quebrou, que tinha o direito de construí-la, mas pediu falência, e a partir daí o governo do Estado tenta resgatar para si essa estrada. Basta que o governo federal repasse os recursos a Minas Gerais, pois o Governador Anastasia já se declarou absolutamente capaz de asfaltar essa estrada e recuperar o trecho asfaltado que está em péssima situação.

E há uma coisa inédita: além de isolar as cidades de Jacinto e de Salto da Divisa, que infelizmente não têm a via de acesso asfaltada, existem dois outros Municípios - Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto -, em que o governo do Estado, por meio do Processo, construiu e pavimentou um trecho da BR-367 até essas cidades, mas que infelizmente ainda está sem asfalto.

É uma situação difícil, já foram criados “blogs”, já foram feitos movimentos na internet, foram realizadas audiências públicas, já convocamos os Deputados e as lideranças para discutirmos a situação da BR-367, mas infelizmente ela está desafiando os governos.

Não vemos nenhuma movimentação, a Presidente Dilma não se pronuncia a respeito dessa BR, BR da integração, BR que, se asfaltada, trará um desenvolvimento muito grande à região do Jequitinhonha. Quando ela sai da região de Itaobim até a cidade de Salto da Divisa, margeia praticamente o Rio Jequitinhonha. Ela vai trazer um desenvolvimento fantástico à região, basta que se asfalte essa estrada. Não estamos vendo nenhuma perspectiva, nem no PAC, nem no programa do Ministério dos Transportes, para asfaltar a BR-367. Então, fica aqui hoje o nosso alerta.

Vamos promover também uma grande audiência pública nesta Casa, trazendo Prefeitos, Vereadores e a imprensa, convidando os Deputados Federais, o DER, o DNIT, o governo do Estado e o governo federal, para que a gente possa, efetivamente, saber o que há de concreto. Diz-se que não há projeto, mas, quando você vai ao DNIT, informam que já há o projeto e que ele está no DER; você vai ao DER, este diz: “Não, não há projeto, é preciso fazê-lo”. Então, fica aquele jogo de empurra, e a gente não sabe o que está acontecendo. Então, eu queria, neste momento, prestar minha solidariedade aos moradores, aos Municípios e a toda a população que precisa dessa BR-367 e dizer que esta Casa vai também promover, ainda este ano, logo após este período eleitoral, que para tudo neste país, uma grande audiência pública para discutirmos o que pode ser feito, como fazer e de quem é a responsabilidade de recuperação da BR-367, de asfaltamento dos trechos que ainda precisam ser asfaltados.

Em relação à seca do Norte de Minas, vamos também promover um grande debate nesta Casa, principalmente para que a gente possa saber o que existe de verdade na construção ou não desse mineroduto que vai levar as águas do Norte de Minas, que nós não temos, para que conduza o minério de ferro para o porto de Ilhéus, na Bahia. A gente não pode cruzar os braços, vê-se que estão se movimentando para a construção desse mineroduto.

Quero dizer que o gabinete do Deputado Carlos Pimenta, que esta Casa Legislativa vamos estar de prontidão para que possamos impedir qualquer tipo de movimentação que venha a provocar a construção desse mineroduto sem ampla discussão e sem as garantias de que será bom para o povo norte-mineiro e de que não vai agravar mais esse período de seca, que tem matado muita gente e tem causado tanta dor a toda a região e à população do Norte de Minas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Perrella* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, venho hoje a esta tribuna para fazer alguns registros sobre o pleito municipal ocorrido no último 7 de outubro em todo o Brasil. De modo especial, quero destacar os números de nosso Estado, assim como o desempenho de meu partido, o PDT. Começo por saudar a vitória, ainda no primeiro turno, do candidato que apoiamos em Belo Horizonte, o Prefeito Marcio Lacerda, e o seu Vice, Délio Malheiros, nosso colega de Parlamento. Integrante de uma ampla coligação, o PDT trabalhou ativamente para sua reeleição, por isso se sente igualmente vencedor. Trata-se de uma conquista que premia o competente primeiro mandato do Prefeito Márcio Lacerda, demonstrada pela aprovação de expressivos 52% do eleitorado da nossa Capital.

Em Minas Gerais não foi diferente. Com o comparecimento de 12,5 milhões de eleitores, cerca de 83% do total de eleitores do Estado, o PDT elegeu 538 Vereadores e 43 Prefeitos. São resultados muito animadores e se destacam até no plano nacional.

O número de Prefeituras conquistadas em Minas foi 43, equivalente a 14% das 308 obtidas pelo PDT em todo o País. Em números absolutos, Srs. Deputados, fizemos o mesmo número de Prefeitos que a Bahia, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, onde conquistamos 70 Prefeituras.

Como se vê, no plano nacional, também temos resultados a comemorar. E vem justamente do Rio Grande do Sul a mais consagrada vitória do PDT, que, em Porto Alegre, reelegeu, já no primeiro turno, nosso correligionário José Fortunati, com mais de meio milhão de votos, 65% do eleitorado. Em outras Capitais, o nosso partido segue na disputa do segundo turno. São os casos de Macapá, no Amapá; Natal, no Rio Grande do Norte; e Curitiba, onde nosso candidato, Gustavo Fruet, contrariando projeções de institutos de pesquisa, passou ao segundo turno.

O PDT disputa ainda, como cabeça de chapa, o segundo turno em várias cidades importantes, como Niterói e Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, e Cascavel, no Paraná. Deputado Carlos Pimenta, também em nosso Estado, precisamos nos manter mobilizados, pois voltaremos às urnas em Contagem, onde estamos coligados e indicamos o Vice-Prefeito do nosso companheiro de Parlamento, Deputado Carlin Moura.



Foi, como se espera de um país democrático, uma grande festa cívica. Aqui ou acolá, infelizmente se verificou um ou outro problema gerado pelo abuso do poder econômico ou político, mas nada que empanasse a legitimidade do pleito, principalmente porque o eleitor brasileiro tem demonstrado, cada vez mais, que sabe escolher seus representantes.

Sr. Presidente, um outro assunto, correlato ao processo eleitoral, também deverá trazer-me a esta tribuna em breve. Refiro-me à necessidade de uma verdadeira e profunda reforma política - providência que julgo fundamental para o aperfeiçoamento do regime democrático.

Srs. Deputados, precisamos de uma reforma que fortaleça os partidos e que dê ainda maior clareza e poder ao eleitor, seja no momento em que decide por seus representantes, seja quando precisa fiscalizar o cumprimento de seus mandatos. Julgo imprescindível, por exemplo, promover a unificação das eleições, medida que - estou certo - dará maior respaldo e governança aos Chefes dos Executivos Municipais, Estaduais e Federal, diminuirá os altos custos das campanhas e eliminará os que costumamos chamar de "candidatos de passagem", aqueles que usam uma eleição como trampolim para outra, dois anos depois.

Também questões relacionadas a financiamento de campanha precisam ser encaradas de frente e com seriedade. Não é possível que o País siga considerando quase normal a ocorrência de caixa dois de campanha. Aliás, algo sobre o qual se rebelou, ainda ontem, S. Exa., a mineira e competente Ministra do STF, Cármen Lúcia.

Penso ser esse um assunto que não pode ser adiado nem tratado de forma superficial. As propostas de reforma que vejo serem discutidas no Congresso Nacional me parecem ser, infelizmente, de pouca relevância e eficácia. Assim, passado o calor do processo eleitoral, é minha pretensão voltar a essa questão com profundidade, visto que o tema já tem sido debatido nesta Assembleia Legislativa e vem sendo debatido na Câmara dos Deputados. Acredito que temos de dar maior ênfase a essa questão, pois, mais uma vez, tivemos uma prova concreta desse processo eleitoral vivido há alguns dias.

Por fim, quero dirigir-me àqueles que foram eleitos por nosso partido, o PDT, e aos quais cabe a responsabilidade de honrar o nome do trabalhismo democrático. A eles e a todos os outros, Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, de todos os partidos, é nosso desejo que desempenhem seus mandatos em razão da população, com diligência, competência e dignidade. Que sejam vitoriosos no exercício de seus mandatos como o foram nas urnas.

Sr. Presidente, encerro por aqui as minhas palavras. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Luzia Ferreira - Cumprimento o Presidente desta reunião, os Deputados, a Deputada Liza Prado, que se encontra no Plenário, e as pessoas que nos acompanham em casa pela TV Assembleia. Como Presidente estadual do PPS, quero fazer menção à disputa eleitoral. As eleições são relevantes para o processo de construção democrática, sendo que as municipais reputo como as mais importantes para a vida do cidadão, pois é nas cidades que exercemos a nossa cidadania, é onde moramos, criamos as nossas famílias, estabelecemos laços de amizade, vamos aos centros de saúde, estudamos em escolas municipais. Portanto, é nesse território que materializamos a nossa cidadania, a nossa existência. Faço, então, menção à relevância das eleições municipais para o País.

Creio que, do ponto de vista da participação democrática, da construção do vínculo, da governança que envolve a população, é no âmbito municipal que as pessoas têm maior possibilidade de exercer a sua cidadania, acompanhar as políticas públicas, exercer ainda o legítimo direito de reivindicar e cobrar dos eleitos, seja no Legislativo ou no Executivo, o cumprimento dos projetos lançados durante o processo eleitoral, consubstanciados nos programas de governo.

Começamos a mudar o nosso país quando mudamos as nossas cidades, quando criamos condições para o bom debate das ideias, dos problemas. Um dos temas recorrentes nos debates realizados nas grandes cidades é a vitória de A ou B, fazendo parecer que o foco era saber qual é o líder político que vai cacifar, ou se fortalecer para a disputa de 2014. Quero crer que o eleitor é muito sábio, que distingue muito bem aquele candidato que apresenta propostas de melhorias para a cidade. Podemos analisar o comportamento do eleitor de modo geral. Ele deve prestar atenção, escolher os candidatos que, sob o seu ponto de vista, apresenta as melhores propostas para o Município. É a gestão mais próxima da população.

Com raríssimas exceções, a política seguiu certa lógica. Prefeitos que governaram e foram bem avaliados, implantaram seu projeto de acordo com a expectativa do povo, melhorando a sua qualidade de vida, foram reeleitos. E aqueles que não tiveram essa conduta, contrariaram as propostas de campanhas e não fizeram boa gestão foram derrotados.

Quer dizer, desse processo de alternância democrática é que reafirmamos o valor do voto consciente, da participação e do debate dos grandes projetos para as nossas cidades. Gostaria de dizer que essa foi a tônica geral mesmo nos Municípios, como a Capital de Minas, Belo Horizonte, que, por ser uma grande metrópole, é uma síntese de Minas Gerais e, portanto, tem mais abrangência nesse debate político.

Aqui também se discutiu com muita intensidade a continuidade do nosso Prefeito Marcio Lacerda e do seu oponente Patrus Ananias, também ex-Prefeito e, aliás, funcionário desta Casa. Quero dizer que, tirando eventuais exageros de um ou de outro momento, as campanhas se pautaram pelo debate político de propostas, de alternativas aos graves problemas que nossa Capital ainda enfrenta. Como já disse, foi com muita sabedoria e pela lógica da política que a população acabou reelegendo Marcio Lacerda, em reconhecimento ao trabalho que ele vem desenvolvendo nos últimos quatro anos.

Sei também que nesse debate, processo do qual participei com muita intensidade por aqui morar, fazer política e ter sido Vereadora e Presidente da Câmara, certamente pudemos colher sugestões e amadurecer o debate sobre as alternativas para melhorarmos a mobilidade urbana - o trânsito e o transporte -; a saúde, que foi um dos grandes assuntos discutidos aqui na Capital; a questão das grandes obras de infraestrutura que preparam a cidade para receber a Copa do Mundo; a melhoria da escola pública e a questão da segurança, que, apesar de não ser assunto da gestão municipal, tenho certeza de que nenhum Município, muito menos nossa Capital pode ficar ausente desse debate, com propostas concretas e reais que possam somar-se ao esforço e às políticas do governo estadual nessa área em Belo Horizonte. Aliás, gostaria de registrar a tragédia da morte da nossa atriz Cissa, assassinada logo após o processo eleitoral, após uma invasão de sua casa. Então, trata-se de questões relevantes que impactam diretamente o dia a dia de cada cidadão deste Estado, de cada cidade. Com isso, creio, houve grande renovação dos dirigentes no Legislativo e no Executivo.



Cada vez mais constatamos um eleitor informado, ajudado não só pelo debate que o processo permite, mas também pela manifestação nas redes sociais, que têm-se mostrado poderoso instrumento de informação da população em qualquer Município, distante, pequeno, mas nele a população está acompanhando, seja pelos jornais, seja pela mídia tradicional do rádio e da televisão.

Sempre valorizei o poder do voto. A força do voto é a força do cidadão, que, quando se une e presta atenção no valor do seu voto, vota escolhendo, acompanhando o processo eleitoral, o histórico de cada candidato, seus projetos, suas propostas e ideias. Quando acontece esse debate, temos, portanto, um salto considerável para o avanço e a implantação de políticas públicas que poderão contribuir de forma mais rápida para a diminuição das desigualdades.

Gostaria de dizer que venho de uma trajetória política e faço política, sim, para diminuir as desigualdades. O Brasil, apesar de ser a 6ª economia do mundo, é um país extremamente desigual do ponto de vista da distribuição de renda, de riqueza e de oportunidades. Portanto, o objetivo principal da ação política deve ser o compromisso com a vida das pessoas, com a cidadania, com a melhoria das oportunidades para todos, em especial para todos os que dependem do poder público para exercer essa cidadania.

Deixo aqui registrado o reconhecimento desse valor do processo democrático, do valor do voto como instrumento importante das mudanças e da transformação de nossa realidade.

Quero aqui cumprimentar a todos, cumprimentar os que participaram diretamente como candidatos para o Legislativo e para o Executivo e que estão dando uma contribuição pessoal a esse processo democrático; os que participaram acompanhando e apoiando de perto, ajudando a dar viabilidade às candidaturas, também contribuindo e tendo um papel relevante; e o eleitor, que, como disse, cada vez de forma mais consciente e madura tem exercido o direito de voto para escolher governantes comprometidos com a dignidade, a cidadania e o processo democrático.

O PPS elegeu, por toda Minas Gerais, 27 Prefeitos. O Prefeito eleito em São Pedro dos Ferros ainda aguarda a definição de seu registro no TSE - a Juíza de primeira instância deferiu, o TRE não acatou, e, portanto, está no TSE. Mas há plenas condições de seu registro ser deferido, e, portanto, teremos mais uma vez a voz do povo respeitada, já que ele recebeu um número expressivo de votos. Elegemos 26 Vice-Prefeitos e 246 Vereadores. Tivemos vitórias e derrotas em cidades importantes, mas, como disse, na democracia, quem entra no processo eleitoral pode perder e ganhar. Nesse processo de alternância, também amadurecemos. Ele nos dá alternativas para construirmos um Brasil mais soberano, democrático e igual, que é o que todos queremos.

Permita-me, Sr. Presidente... Desculpe-me, Sra. Presidente, agora vi que a senhora substituiu o Presidente. Acompanho muito de perto aqui, em Belo Horizonte - como disse, fui Vereadora. Lamento que, neste processo difícil da igualdade de gêneros e de compartilhamento do poder, tenhamos na Capital apenas uma Vereadora eleita, a Elaine Matozinhos, nossa brava amiga e colega que já foi Deputada aqui. Ela é uma Delegada no meio de 40 homens. Foi eleita apenas uma mulher - havia nesta legislatura cinco mulheres eleitas e, na anterior, foram eleitas sete mulheres. Esse fato mostra uma dificuldade, que sempre reiteramos aqui quando buscamos as causas da baixa representação das mulheres no poder no Brasil. Quero reafirmar mais uma vez que o processo eleitoral exclui as mulheres pela sua natureza, pela dificuldade, de quem viveu a maior parte de seu tempo, em suas relações sociais e econômicas, em um espaço privado, de no espaço público viabilizar as suas campanhas, hoje muito onerosas e caras e que têm que ter um vínculo forte com o poder econômico. As campanhas viraram quase uma guerra, e não estamos talhadas para essa disputa. Infelizmente, na Capital, onde as mulheres são maioria considerável do eleitorado e ocupam espaços de poder importantes na sociedade, onde elas exercem sua cidadania de forma plena, onde participam, têm opinião, não conseguimos ainda que as candidatas sobrevivam a esse processo eleitoral.

Parabenizamos a Vereadora Elaine Matozinhos, por sua garra e por ter conseguido sobreviver ao processo eleitoral, mas lamentamos a ausência, a derrota de quatro companheiras. Esperávamos, até por termos uma Presidente hoje no País, para estimular as mulheres a serem mais generosas no voto com as nossas companheiras, não apenas manter, mas ampliar essa representação, que já era muito pequena. Era um pouco mais de 5%, não chegava a 10% da representação aqui em Minas Gerais.

Fica aqui, então, esse registro. Lamentamos por esse processo. Cada vez mais, apostamos que uma reforma política possa permitir não só às mulheres, mas a outros segmentos representativos da sociedade que estão fora do jogo político serem bem-sucedidos, terem condições de representar bem a sua classe. Podemos dizer que há uma sub-representação das mulheres no parlamento, portanto também uma sub-representação da sociedade, que não espelha hoje a realidade que ocupamos no País.

Assim, desejo a todos os eleitos sucesso nas árduas tarefas que vão encontrar na gestão municipal, mas com a convicção clara, cristalina de que estamos, a cada eleição, avançando no sentido de construir cidades mais saudáveis, com mais qualidade de vida e mais democráticas para a nossa população. Muito obrigada.

O Deputado Elismar Prado* - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sra. Presidenta desta reunião, Deputada Liza Prado, Deputada Luzia Ferreira, Deputados Lafayette de Andrada e Sargento Rodrigues, gostaria, também, de refletir um pouco sobre as eleições, já concluído o processo em praticamente todo o Estado de Minas Gerais, com exceção de alguns poucos Municípios onde ocorrerá ainda o segundo turno, mas temos, neste momento, a oportunidade de fazer uma breve avaliação e cumprimentar os nossos participantes, a militância, os eleitos e não eleitos.

Uma vez que aqui desta tribuna nossos companheiros já falaram bastante na reunião de ontem das eleições que ocorreram aqui na região central, em Belo Horizonte, na Região Metropolitana e nas outras regiões, gostaria de falar um pouquinho sobre o Triângulo, destacadamente sobre o Município de Uberlândia, que é muito importante, o 2º maior do Estado de Minas Gerais e um dos maiores e mais importantes Municípios do interior do Brasil.

Cumprimento, portanto, o Deputado Federal Gilmar Machado, do PT, vencedor das eleições, que foi o nosso candidato naquela cidade. Teve mais 240 mil votos, numa eleição que se encerrou no primeiro turno. Cumprimento, também, o nosso concorrente, Deputado Luiz Humberto Carneiro, nosso amigo nesta Casa Legislativa, com quem convivemos muito bem. Parabenizo-o e cumprimento-o. Sabemos do sacrifício que é participar de uma campanha eleitoral, ainda mais a municipal para Prefeito, em que os ânimos realmente se acirram. É uma disputa envolvente e que contagia toda a cidade. Sabemos das dificuldades que é participar de um processo eleitoral como este. Assim, cumprimento o Deputado Luiz Humberto Carneiro. Tivemos umas pequenas turbulências,



mas, em geral, o processo se deu de maneira tranquila. Expusemos as nossas propostas e apresentamos o nosso programa de governo. Assim, mais uma vez, cumprimento o Deputado Luiz Humberto Carneiro e também o Deputado Gilmar Machado. Ele é o primeiro negro e evangélico a se eleger Prefeito da cidade de Uberlândia. É a primeira vez que o PT chega à Prefeitura daquela cidade, portanto é um feito histórico, que tem uma importância para nós, tanto do ponto de vista das disputas, levando em conta os cenários nacional e estadual, quanto da importância daquela cidade. Destaco aqui os motivos pelos quais conseguimos alcançar essa vitória.

Em poucas palavras, essa foi a vitória da união, porque, pela primeira vez na história política de Uberlândia e do PT, que é o nosso partido, fizemos uma união 100%. Conseguimos construir a unidade interna do partido, principalmente entre as suas duas maiores correntes: o grupo do Deputado Gilmar Machado e o nosso grupo, do Deputado Federal Weliton Prado. Essa unidade foi fundamental, crucial, realmente imprescindível para a nossa vitória em Uberlândia. E quero esclarecer os termos do nosso acordo, pois conversamos muito com o Deputado Gilmar Machado para a construção dessa unidade, de que ele realmente dependia para ter tranquilidade nos contatos com outros partidos. Assim, fizemos uma frente ampla de aliados, todos fundamentais na conquista da vitória, mas o que deu início a todo o processo foi a unidade interna do PT, nosso partido. Mas, para garantir essa unidade, que foi imprescindível para a vitória do companheiro Gilmar, conversamos com ele sobre vários compromissos e um conjunto de propostas que defendemos há muitos anos e que ele assumiu e incorporou a seu programa, selando o nosso acordo. Portanto esse acordo foi selado em torno de propostas e projetos para a nossa cidade, que quero especificar.

A primeira foi a implementação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu -, porque, em todo o Brasil, Uberlândia é praticamente a única cidade com mais de 500 mil habitantes que não possui o Samu, um serviço médico de urgência que, em parceria com o Corpo de Bombeiros, é fundamental para salvar vidas. Quando fui Deputado Federal, tentamos implementar o Samu em Uberlândia, mas não conseguimos, infelizmente, porque havia uma resistência muito grande do atual Prefeito a isso. Mas essa foi uma das propostas vinculadas ao acordo com o Deputado Gilmar Machado, com quem recebemos também o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que reafirmou todo o seu compromisso e ressaltou a importância do Samu. Essa foi uma das propostas que apresentamos ao Gilmar e que ele acatou.

Outra proposta foi a de criar em Uberlândia a Guarda Municipal, que pode ser destacada para a segurança de prédios públicos e de escolas, a fim de desafogar a polícia. Essa é uma política muito importante na área de segurança pública.

Outra proposta foi a de criar em Uberlândia o restaurante popular, também um programa do Ministério do Desenvolvimento Social. O ex-Ministro Patrus Ananias chegou a visitar pessoalmente o Prefeito de Uberlândia para implantar esse programa, para o qual já tínhamos uma emenda de R\$1.000.000,00, que tivemos de aplicar em outros programas do Ministério. Mas o restaurante popular foi outro compromisso que o Gilmar, o novo Prefeito, assumiu conosco, assim como prometeu ampliar o desconto do passe escolar de 40% para 50%.

Outro compromisso que assumiu foi o de cumprir o Estatuto do Idoso, que, infelizmente, não é cumprido em Uberlândia. O estatuto estabelece que o idoso tem direito ao passe livre, à gratuidade no transporte coletivo, a partir dos 60 anos, não dos 65, como ocorre hoje em Uberlândia. Mas acordamos com o Prefeito eleito, Gilmar Machado, que Uberlândia vai cumprir o Estatuto do Idoso, oferecendo o passe livre aos idosos a partir dos 60 anos.

Da mesma forma, comprometeu-se também a seguir o Programa Mais Educação, do Ministério da Educação, oferecendo “tablets” com internet aos estudantes da rede municipal de ensino.

Outra proposta foi a de instalação dos Procons nos terminais de ônibus, facilitando aos consumidores o acesso a seus direitos, à orientação dos Procons.

Outro compromisso foi o de dar início ao processo da escola em tempo integral. Ainda tenho R\$7.600.000,00 em emendas empenhadas ao Município de Uberlândia para a construção de oito novas escolas de ensino infantil, integrantes do programa ProInfância.

Infelizmente, foi necessário prorrogar os convênios do ProInfância em Uberlândia por diversas vezes. Já deveriam ter sido construídas oito, nove novas escolas do ensino infantil, para assim diminuir um pouco o déficit de vagas no ensino infantil. Com certeza, o nosso próximo Prefeito, Gilmar Machado, recuperará esses convênios e novas escolas serão construídas, para assim oferecermos, realmente, o acesso a vagas às nossas crianças do ensino infantil.

Da mesma forma, há uma proposta interessante na área de trânsito e de transportes. O Deputado Federal Weliton Prado é membro da frente em defesa do setor metroviário nacional e autor de uma emenda para a Universidade Federal de Uberlândia, que já foi liberada - o valor é de R\$500.000,00 -, para se fazer o estudo de viabilidade técnica, o planejamento, o projeto para o futuro metrô de superfície, conhecido como VLT, veículo leve sobre trilhos, no Município de Uberlândia. Então, os recursos para a elaboração do projeto de viabilidade técnica já estão aplicados, para que, futuramente, Uberlândia tenha o VLT, que muito contribuirá para desafogar o trânsito, melhorando sua fluidez no Município.

Essas são algumas das propostas. Esse é um pequeno resumo que apresentei. Há outras propostas que permearam o termo do nosso acordo com o Prefeito Gilmar Machado, que foi elaborado a partir de projetos para a cidade. Estes selaram a nossa união. A vitória do Gilmar, em Uberlândia, foi a vitória da união, da unidade. Pela primeira vez o PT esteve 100% unido, o que representou uma força política muito grande. Afinal de contas, o Deputado Weliton Prado já foi candidato a Prefeito e obteve 34% dos votos, ou seja, mais de 108.000 votos. Agora, com a força política do Gilmar, dos dois juntos, que são os Deputados Federais mais votados de Uberlândia, o que soma mais de 60%, o Gilmar encerrou o processo com 69% dos votos nas urnas. Portanto, ele será o nosso próximo Prefeito e contará com todo nosso apoio nesta Casa, com o apoio da bancada federal e da Presidenta Dilma, para implementarmos nossas propostas no Município de Uberlândia, que será um polo de desenvolvimento regional.

Não tenho computados os números de toda a região do Triângulo, Alto Paranaíba e Pontal, mas o PT cresceu muito. Apresentarei aqui, posteriormente, toda a relação e o balanço. Elegemos dezenas de Vereadores e Vereadoras, de Prefeitos e Vice-Prefeitos; participamos também de outras chapas vitoriosas em toda a região do Triângulo. Crescemos muito, não só naquela região como também em todo o Estado. Nesses 32 anos do PT, quero, realmente, Liza Prado, saudar a memória do nosso primeiro candidato a



Prefeito, do PT, em 1982, o companheiro Ari Neves - o saudoso Ari Neves, grande companheiro. Assim, dedicamos à memória de Ari Neves essa vitória tão importante, tão consagrada no Município de Uberlândia. Vamos governar sem paternalismo, sem clientelismo. Elegemos ali 17 Vereadores, dos 27, entre eles Ismar Prado, o mais votado da cidade, com quase 10 mil votos. Foram eleitos também outros companheiros valorosos de outros partidos, como do Partido da Deputada Liza Prado, o companheiro Zezinho, o 4º candidato mais votado; o companheiro Rodi, do PSB, com votação consagrada, assim como outros companheiros. Ou seja, elegemos o Prefeito mais votado da história de Uberlândia e a maior bancada, que garantirá a governabilidade no Poder Legislativo.

Quero saudar a Deputada Liza Prado e parabenizar pela eleição do Paulo Prado, em Contagem, uma eleição muito importante. Trata-se de uma liderança que está preparada para fazer um grande trabalho nesse Município, onde haverá segundo turno. Teremos ainda um fogo amigo entre os Deputados Durval Ângelo e Carlin Moura. Torcemos muito pelos dois. Que realmente seja vitoriosa a democracia e que o Município ganhe com isso. Quero saudar os concorrentes nesse Município, os Deputados Carlin Moura e Durval Ângelo.

Enfim, apresentaremos aqui, posteriormente, um balanço geral do Triângulo. Vale dizer que foi muito positivo o resultado. Elegemos o Prefeito numa cidade-polo, Uberlândia, que vai ajudar a liderar o movimento pelo desenvolvimento de toda aquela região do Triângulo, Alto Paranaíba, Pontal, para podermos trabalhar e resolver questões muito graves, muito sérias, como a questão da saúde.

Deputada Liza Prado, o Ministro Alexandre Padilha visitou pessoalmente o Hospital de Clínicas de Uberlândia e percebeu a situação em que se encontram os nossos pacientes nos corredores, realmente lamentável, e não podemos admitir jamais. Com a articulação fundamental do Deputado Federal Weliton Prado, já se inciou a construção do novo Hospital de Clínicas da UFU, um investimento de R\$94.000.000,00, o maior investimento de todo o interior do Brasil nessa área. O novo hospital da Universidade Federal de Uberlândia será na Rua Pará, um projeto supermoderno, que vai melhorar muito o atendimento à saúde, não só de Uberlândia, mas também de toda a região, que receberá também os hospitais regionais, que contribuirão para desafogar o atendimento à saúde nesse Município.

Quero parabenizar o nosso companheiro Gilmar Machado, nosso Prefeito; toda a equipe; todos os partidos que participaram desse processo; o Deputado Tenente Lúcio, que também esteve conosco nessa luta, nessa aliança; ou seja, toda a frente de partidos aliados. Foi uma vitória da coletividade. Política é ação coletiva acima de tudo.

Fico muito feliz porque conseguimos, por meio do nosso acordo com Gilmar Machado, garantir a unidade no PT, que foi crucial, fundamental, imprescindível. O Gilmar tem dito muito, em todas as entrevistas, que conseguiu realmente construir as condições adequadas para que chegássemos à vitória naquela cidade. Então, quero parabenizar, agradecer e trazer aqui os números, o balanço geral das eleições no Triângulo. Conseguimos um crescimento muito grande do PT em toda aquela região, e onde o PT governa dá certo. Com certeza faremos um grande trabalho em toda aquela região e no Município de Uberlândia.

É o que eu tinha a dizer, obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Sra. Presidente (Deputada Liza Prado) - Parabéns. Cumprimento o Deputado Elismar Prado pelo pronunciamento e pelas suas conquistas. Com a palavra, o Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia e pelo "site" da Assembleia, da mesma forma quero compartilhar um pouco desse processo eleitoral, de forma muito particular em nossa região do Sul de Minas, compartilhar a alegria com toda a Bancada do PT pelo crescimento que o partido teve nessas eleições, não só no Brasil, mas também, de forma muito especial, em nosso Estado, somando todos os nossos candidatos a Prefeito com maior votação entre todas as cidades. Isso para nós é a prova da força do partido e, de forma muito particular, para mim é a prova concreta da sintonia que as nossas lideranças estão com as cidades, com o desejo e o anseio das pessoas de cada uma das cidades em que disputamos, seja com vitória, seja com derrota. O fato é que a resposta das urnas, ao colocar o PT em Minas Gerais como o partido com maior votação, dá-nos também a dimensão da nossa responsabilidade de continuar cada vez mais organizando o partido, fazendo com que a nossa ação política esteja cada vez mais a serviço das cidades, das pessoas e à altura da confiança dos que depositaram votos em nossos inúmeros candidatos em cada canto do Estado de Minas Gerais.

De forma ainda particular, neste agradecimento e neste registro, quero compartilhar aqui a nossa ação política na região do Sul de Minas, região em que moro e atuo. Com o nosso mandato, vimos representando o Sul de Minas junto aos vários outros Deputados que aqui compõem a base dessa região, e a nossa ação, em parceria com o Deputado Federal Odair Cunha, tem colhido resultados significativos, mais uma vez registrando que esses resultados são prova da presença, da ação e principalmente do reconhecimento das pessoas daquela região, que têm compartilhado conosco o desafio de desenvolver cada vez mais o nosso Sul de Minas.

Deputados e Deputadas, quero trazer um pouco do relato da nossa região, das cidades onde disputamos eleição e parabenizar cada uma delas. Podemos citar Conceição do Rio Verde, Cordislândia, Elói Mendes, Ilícinea, Jesuânia, Olímpio Noronha, São Bento Abade, Três Corações, Varginha, cidades da microrregião em que atuamos, às quais o partido levou a sua proposta, mas não fomos vitoriosos. No entanto, a ação política, a representação de cada liderança, candidatos a Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito levaram o nome do nosso partido e a nossa proposta.

Da mesma forma outra microrregião do nosso Sul de Minas, Cachoeira de Minas. Um abraço ao Josemar, que, de forma guerreira, defendeu a bandeira do partido e que, por poucos votos, não levou essa eleição, mas continuará firme no seu trabalho. Estaremos juntos ao seu lado defendendo os interesses da cidade. Da mesma forma, em Piranguçu, o companheiro Valêncio; em Sapucaí-Mirim, Carlão e Eduardo; em Carmo de Minas, Álvaro Coli; em Caxambu, o companheiro Fuad; em Itamonte, onde os companheiros do PT acreditaram no projeto representado e liderado pelo Marcelo, parabéns; em Maria da Fé, Carlinhos Braga; em Wenceslau Braz, Zé Hamilton. Aliás, em Wenceslau, há um caso muito especial, pois a diferença foi de pouco mais de 30 votos. Há várias denúncias que constam em ata de votação, o partido entrará com representação. Acreditamos que seja feita justiça e que ainda possamos mudar essa situação. Em Conceição das Pedras, Conceição dos Ouros, Consolação, Itanhandu, Pouso Alto, São Sebastião do Rio Verde e São



Lourenço, o nosso companheiro José Celso, que, juntamente com o Gustavo, lideraram esse nosso projeto na cidade. Então, a todos eles, o nosso reconhecimento pelo trabalho e pela luta.

Em nossa outra microrregião de atuação, parabenizamos a Eliane Posso, em Extrema; o nosso Prefeito Marcão, que foi derrotado, mas obteve expressiva votação, cumpriu a sua tarefa; registramos os nossos parabéns ao Marcão e a todo o grupo que, juntamente com ele, liderou esse trabalho; em Machado, o nosso companheiro Roberto Abobrinha, parabéns pelo trabalho que exerceu à frente da Prefeitura Municipal; em Toledo, em Ipuiuna, um abraço para todos os companheiros, o Queijinho, do PT, o nosso Vice Elton, do PSDB, que enfrentaram duras batalhas naquela cidade. Não tenho dúvida de que merecem todo o nosso reconhecimento e compromisso de continuarmos esse movimento em Ipuiuna ao lado deles. Parabenizamos o nosso Prefeito Júnior, de Congonhal, que, durante as eleições, sofreu um sequestro-relâmpago e uma tortura a que não esperávamos assistir na região do Sul de Minas e que, por pouco mais de 50 votos, também foi derrotado, mas que, de cabeça erguida, realizou excelente trabalho à frente da Prefeitura Municipal de Congonhal.

Júnior, quero registrar aqui também o nosso compromisso em Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Itapeva, Munhoz, Ouro Fino, São João da Mata, Senador Amaral, Tocos do Moji e nosso companheiro Alencar, de Turvolândia. Registramos também o nosso companheirismo em Albertina e, em Santa Rita de Caldas, o nosso abraço ao companheiro Adriano Parabólica, que lá nos representou. Parabéns, Adriano.

Essas são as cidades onde disputamos eleições e projetos. Além disso, apresentamos programas e continuaremos firmes o nosso trabalho, levando adiante o nosso projeto construído juntamente com a comunidade ao longo dos próximos anos, com o nosso mandato e partido, principalmente ao lado da população, fiscalizando e contribuindo para o desenvolvimento dessas cidades.

Neste momento, registro a nossa grande satisfação quanto aos que, neste pleito eleitoral, conseguiram o sucesso de vencer as eleições. Registramos o nome do companheiro Tonho do Posto, de Boa Esperança. Além disso, queremos assinalar o nosso compromisso e abraço. Parabenizamos o nosso amigo Prefeito que deixa a Prefeitura. Deixamos nesse registro a certeza de que todo o trabalho que o Jair fez em Boa Esperança teve grande respaldo da população da cidade, por isso a continuidade desse projeto, que tem mudado a vida da cidade. Parabenizo também o querido amigo Roberto Silva, de Campanha, que obteve expressiva votação na sua reeleição. Além disso, é uma das maiores lideranças da nossa região, que, ao longo do seu trabalho, teve o reconhecimento da população, com mais de 60% dos votos, demonstrando o total reconhecimento a um trabalho árduo e uma dedicação estrondosa. Na verdade, colhe hoje os frutos desse belíssimo trabalho. Parabéns, Roberto. Parabenizo o nosso companheiro Arthur, de Luminárias, que também foi reeleito; a nossa chapa com o novo Prefeito de Ribeirão Vermelho, Célio e Delma; a nossa companheira Lourdinha, em Gonçalves, que enfrentou também uma grande batalha e foi vitoriosa. Ao lado dela, estaremos juntos construindo essa nova Gonçalves.

Parabenizo também a Silvinha, eleita em Paraisópolis; o amigo Joel, que venceu as eleições, pelo PT, em Pedralva; o Toninho, que também foi eleito em Piranguinho, fruto de um trabalho de oito anos do companheiro Adoniran. Parabéns a toda a cidade, aos companheiros e ao Toninho por essa vitória, e ao Adoniram, que, ao longo de oito anos, construiu uma cidade diferente, democrática e participativa, com investimentos na infraestrutura e na educação, mudando a realidade da cidade. A população reconheceu isso, elegendo o seu sucessor. Parabéns ao Joaquim Paranaíba, de Cruzília; ao Fernando Coura, nosso companheiro de Delfim Moreira; ao Antônio Carlos, em Marmelópolis, e ao Cleber, Vice-Prefeito do PT; ao Marcelo do Engenho, de Baependi; ao nosso companheiro João Mauro, novo Prefeito de Brazópolis, que já governou essa cidade por duas vezes e agora volta, com todo o entusiasmo, para resgatar o desenvolvimento da cidade.

Disputamos também em Cristina, Dom Viçoso e Passa-Quatro, onde os companheiros Paulinho Brito e Du Moto venceram a eleição muito disputada, e hoje comemoram a vitória, com a certeza de assumir o compromisso que fizemos na cidade. Estaremos lá, ao lado deles. Em São José do Alegre, fomos vitoriosos com o Paulo e a Maria Helena.

Quero registrar rapidamente também, em Careagu; Carvalhópolis; Estiva, com a vitória estrondosa, maravilhosa, do João da Loja; Heliadora, com a continuidade do trabalho do Cilinho; em Inconfidentes; Natércia; Poço Fundo, parabéns ao Renato e a todos que acreditaram nesse trabalho de mudança; São Sebastião da Bela Vista; Silvianópolis; Bom Repouso; Borda da Mata; Jacutinga e Senador José Bento. De forma muito particular, parabenizo o amigo João Paulo, de Monte Sião, pelo belíssimo trabalho que exerceu ao longo de sua carreira política. Trata-se de um jovem dinâmico, que, com certeza, realizará um belíssimo trabalho. Ao lado dele, quero registrar o meu compromisso com a cidade e agradecer a confiança. Em Cambuí, cidade com a qual tenho uma relação muito afetiva, quero cumprimentar todo cidadão e cidadã de Cambuí que acreditou em nosso trabalho e que deu a oportunidade ao PT de voltar a administrar a cidade. Cambuí foi uma das primeiras cidades que o PT administrou na década de 80, e hoje ela resgata essa história com o companheiro Dirceu.

Gostaria ainda de registrar, entre essas inúmeras vitórias, a de Minduri, com o companheiro Edinho, nosso coordenador político, que elegeu lá o seu Prefeito goiano, na memória do saudoso amigo e irmão, Kalil, que foi nosso candidato lá, mas faleceu. Então, em seu nome, resgatamos a memória, a história e o compromisso de que vamos realizar um belíssimo trabalho na cidade.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) – Serei rápido. Quero apenas parabenizá-lo pelo seu trabalho, a V. Exa., que acompanhou inúmeras cidades nesse pleito democrático, e ainda pela vitória eleitoral obtida no Sul de Minas, que se soma à vitória do PT no Estado. Fomos o partido mais votado em Minas Gerais, com mais de 2.400.000 votos, acima até do PSDB, partido do Governador do Estado. No Sul de Minas, a atuação de V. Exa. foi fundamental para cravarmos essa vitória do partido mais votado de Minas Gerais e do Brasil, tanto para Prefeito quanto para Vereadores. Parabéns a V. Exa. pelo trabalho realizado no Sul de Minas.

O Deputado Ulysses Gomes* – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Disse isso no início da minha fala, sobre a vitória do PT, nosso partido, no Brasil, e, de forma muito particular, no Estado de Minas Gerais. Registro que, com esse crescimento e vitória, a nossa região do Sul de Minas acumulou um trabalho ao qual, há muito tempo, vimos nos dedicando de forma muito vitoriosa.

Por fim, quero ainda registrar a belíssima vitória do maior colégio eleitoral do Sul de Minas, do companheiro Dr. Aloísio, em Poços de Caldas, maior cidade do Sul de Minas, que resgatou um belíssimo trabalho.



O PT saiu sozinho, em chapa pura, e ninguém acreditou, porque é um homem dedicado, um dentista, alguém que sempre trabalhou pela cidade, que começou com 4% de intenção de votos na pesquisa e, com trabalho, dedicação e um projeto para a cidade, conquistou a confiança das pessoas daquela cidade e virou a eleição. Quero aqui também assumir o compromisso ao lado do Aloísio e parabenizá-lo.

Quero parabenizar também o nosso Prefeito Agnaldo Perugini, de Pouso Alegre, que enfrentou uma tropa gigantesca na disputa política, com toda a base do governo do Estado contra ele na cidade. Mantivemos esse projeto que tem mudado a vida da cidade pelo desenvolvimento de toda a nossa região. Parabéns, Agnaldo, parabéns a todos os partidos aliados, a todos que conosco, em Pouso Alegre, compartilharam essa vitória.

Para encerrar, quero parabenizar a nossa cidade de Camanducaia e o Edmar, que também foi vitorioso. E, de forma bem particular, parabenizo a minha querida cidade natal Itajubá, onde moro, e o nosso companheiro Paulino, que, mesmo perdendo a eleição, teve uma votação expressiva na cidade. Quero parabenizar o Rodrigo Riera, o vencedor, o novo Prefeito da cidade, na certeza de que juntos faremos um bellissimo trabalho em favor do desenvolvimento da nossa cidade de Itajubá. Parabéns, obrigado pela confiança de cada cidadão e cidadã que, nessas cidades do Sul de Minas e ao nosso lado, acreditaram no nosso trabalho, elegendo e apoiando todos os nossos candidatos. Deixo o nosso registro do compromisso que o nosso trabalho na Assembleia Legislativa em defesa do desenvolvimento do nosso Estado tenha a bandeira do Sul de Minas como nossa prioridade, e dessa forma continuaremos lutando. Mais uma vez, muito obrigado a todos e a todas da nossa região que compartilharam conosco essa bellissima festa democrática da nossa população. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/10/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos

exonerando Hárley Honório de Oliveira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Wender de Oliveira Machado para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

nomeando Nayara Rocha Perdigão para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando Cassia Julio Salomão do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;
exonerando Daniele Monique da Silva Moura do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
exonerando Fernanda Tomé de Rezende Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
nomeando Cassia Julio Salomão para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Daniele Monique da Silva Moura para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;
nomeando Fernanda Tomé de Rezende Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;
nomeando Honorio Jose de Lacerda para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Emerson Ferreira Maciel para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 96/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que em virtude de alterações no Anexo III (especificações do objeto) no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para prestação de serviços de cópia e impressão de documentos, a sessão pública virtual fica adiada para as 14h30min do dia 30/10/2012.

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2012.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 106/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 29/10/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço global, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de materiais hidráulicos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94 - 5º andar – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO – CTO 90/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A. Objeto: prestação de serviços de reparos e manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar condicionado. Vigência: 16 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 60/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90 -10.1.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

(Constituição Estadual, art. 73, § 3º, incluído pela EC nº 61, de 23/12/2003)

Unidade Orçamentária: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3º TRIMESTRE DE 2012

(Em reais)

Cargo/Função	JULHO	Qtde	AGOSTO	Qtde	SETEMBRO	Qtde	Total Trimestre	Qtde Média
Membros do Poder (*)	1.812.222,70	82	1.812.222,70	82	1.812.222,70	82	5.436.668,10	82
Efetivos	23.094.887,08	1.238	19.201.856,51	1.241	16.906.217,99	1.232	59.202.961,58	1.237
Cargo de Recrutamento Amplo	15.117.485,95	2.403	15.558.170,93	2.335	14.101.256,71	2.343	44.776.913,59	2.360
Inativos	21.495.747,40	965	17.178.572,76	963	16.008.662,03	969	54.682.982,19	966
Pensionistas	179.656,50	16	166.473,87	16	135.872,51	16	482.002,88	16
SUBTOTAL	61.699.999,63	4.704	53.917.296,77	4.637	48.964.231,94	4.642	164.581.528,34	4.661
Patronal	4.956.887,45		5.928.111,00		5.257.711,39		16.142.709,84	
TOTAL	66.656.887,08		59.845.407,77		54.221.943,33		180.724.238,18	

NOTA EXPLICATIVA: Expurgo das despesas de exercícios anteriores classificadas na rubrica: **3.1.90.92**

Dinis Pinheiro - Presidente; Eduardo Vieira Moreira - Diretor-Geral; Theóphilo Moreira Pinto Neto - Diretor de Recursos Humanos; Antoninho Rodrigues Goulart - Diretor de Finanças

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2012

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual

(Em reais)

Agência	Julho	Agosto	Setembro	Trimestre
Consórcio Faz e Branez Total	4.280.021,56	299.615,60	297.751,35	4.877.388,51



TOTAIS	4.280.021,56	299.615,60	297.751,35	4.877.388,51
---------------	--------------	------------	------------	--------------

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

AGÊNCIA	EMPENHADO NO TRIMESTRE	LIQUIDADO NO TRIMESTRE	PAGO NO TRIMESTRE
Consórcio Faz e Branez Total	4.877.388,51	4.877.388,51	4.877.388,51
TOTAL GERAL NO 3º TRIMESTRE/2012	4.877.388,51	4.877.388,51	4.877.388,51

Nota: não houve movimentação de restos a pagar relativa a despesas com publicidade.

Dinis Pinheiro, Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário.



ERRATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 11/10/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/10/2012, na pág. 1, sob o título “Falta de Quórum”, onde se lê:

“convoca as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 16, às 14 horas”, leia-se:

“convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas”.